

1) Assinale a alternativa correta, a respeito das entidades de atendimento, governamentais e não-governamentais, referidas no art. 90 do ECA:

- a) Serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) Seus planos de aplicação e as prestações de contas serão obrigatoriamente apresentados ao Município.
- c) Responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica.
- d) Deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, no Conselho Tutelar, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação à autoridade judiciária.
- e) Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 6 (seis) meses.

2) Sobre o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta:

- a) A garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará, no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras, através da linha estratégica da efetivação dos instrumentos normativos próprios, tais quais as Instruções normativas dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle e fiscalização.
- b) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente fomentará a integração do princípio do interesse superior da criança e do adolescente nos processos de elaboração e execução de atos legislativos, políticas, programas e ações públicas, bem como nas decisões judiciais e administrativas que afetem crianças e adolescentes.
- c) O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, enquadrando-se no eixo do controle da efetivação dos direitos da criança e do adolescente o Conselho Tutelar.
- d) O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", prevista no artigo 86 do ECA, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos, sendo que o desenvolvimento dessa política implica, dentre outros fatores, na descentralização política e administrativa, cabendo a coordenação das políticas e edição das normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dessas políticas e dos respectivos programas às esferas estadual, Distrital e municipal, bem como às entidades sociais
- e) O eixo da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto, incluindo-se nesse eixo a polícia civil judiciária e a polícia militar.

3) De acordo com as normativas de atenção psicossocial dispostas na Lei 10.216/01 e nas Portarias 1.190/09 e 130/12 do Ministério da Saúde, assinale a alternativa incorreta:

- a) São direitos da pessoa portadora de transtorno mental, dentre outros: ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
- b) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, em instituições com características asilares, tendo como finalidade a reinserção social do paciente em seu meio.
- c) A atenção integral ao usuário no CAPS AD III inclui, dentre outras, a atividade de oferta de medicação assistida e dispensada.
- d) Nos casos em que se destinar a atender crianças e adolescentes, exclusivamente ou não, o CAPS AD III deverá se adequar ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) As ações do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Alcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009 - 2010) devem se orientar, dentre outras diretrizes gerais, pela estratégia de redução de danos que toma como base as condições e possibilidades do usuário do SUS, em vez de partir do que os serviços oferecem.

4) Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para o cumprimento da liberdade assistida, a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.
- b) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- c) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
- d) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- e) A medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada, respeitado o princípio da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, pelo período máximo de 3 (três) anos, quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

5) A respeito do processo de colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida no efeito devolutivo e suspensivo.

- b) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará, em nenhuma hipótese, a destituição do poder familiar.
- c) A medida de destituição do poder familiar poderá ser decretada apenas pela autoridade judiciária, competindo ao Conselho Tutelar, ouvido sempre o adolescente e, quando possível, a criança, se o caso, aplicar a medida protetiva de guarda provisória a um dos pais.
- d) Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.
- e) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, cuja autorização deverá ser deferida pelo juiz das Execuções Criminais.

6) Sobre o processo de responsabilização de adolescente pela prática de ato infracional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Conforme as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), o insucesso de uma medida não privativa de liberdade não deve conduzir automaticamente a uma medida de prisão. Em caso de modificação ou de revogação da medida não privativa de liberdade, a autoridade competente deve se esforçar por encontrar uma solução de substituição adequada. Uma pena privativa de liberdade só pode ser pronunciada se não existirem outras medidas adequadas.
- b) Conforme as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), o pessoal, de ambos os sexos, da polícia e de outros órgãos de justiça deverão ser capacitados para atender às necessidades especiais dos jovens; essa equipe deverá estar familiarizada com os programas e as possibilidades de remessa a outros serviços, e devem recorrer a eles sempre que possível, com o objetivo de evitar que os jovens sejam levados ao sistema de justiça penal.
- c) Conforme as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), sempre que possível, a prisão preventiva será substituída por medidas alternativas, como a estrita supervisão, custódia intensiva ou colocação junto a uma família ou em lar ou instituição educacional.
- d) Conforme as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), uma vez separadas as crianças de suas mães e colocadas com familiares ou parentes, ou sob outras formas de cuidado, serão oferecidas às mulheres presas o máximo de oportunidades e condições para encontrar-se com seus filhos e filhas, quando estiver sendo atendido o melhor interesse das crianças e a segurança pública não for comprometida.
- e) Conforme a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes deverão zelar para que todo adolescente privado de liberdade seja tratado com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, todo adolescente privado de sua liberdade deverá ficar separada dos adultos e lhe será

garantido o direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, tendo em vista a vedação da incomunicabilidade.

7) A Constituição Federal consagra em seu art. 227, caput, o princípio da prioridade absoluta, cuja observância é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado. Este princípio rege as políticas públicas destinadas à infância e juventude e garante a precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância jurídica. Assine a seguir o que **não** representa a instrumentalização deste princípio no âmbito da Defensoria Pública:

- a) A garantia de prioridade de atuação jurídico-processual nos procedimentos judiciais de competência da Justiça da Infância e Juventude e extrajudiciais a ele relacionados.
- b) A garantia de uma ouvidoria externa especializada para atender as demandas da área da infância e juventude.
- c) A obrigação de se promover o atendimento integral na área da infância e juventude em todas as comarcas onde estiverem instaladas Unidades da Defensoria Pública.
- d) A proibição de provisionamento ou indicação de advogados conveniados com a Defensoria Pública em Comarcas onde houver unidades da Defensoria Pública.
- e) Todas as alternativas anteriores representam a referida instrumentalização.

8) Conforme o regramento constitucional e legal, a internação é medida excepcional e só pode ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 122 do ECA. O inciso III do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata da hipótese de internação-sanção, medida cabível em sede de execução, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observar o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 6 meses.
- b) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observado o devido processo legal, sendo dispensável a oitiva do adolescente infrator, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 3 meses.
- c) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 3 meses.
- d) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, desde que seja observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, não havendo necessidade de parecer técnico, sendo que a medida de internação tem sempre prazo indeterminado, devendo apenas ser reavaliada no prazo máximo de 6 meses.
- e) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação terá prazo de 3 meses.

